

RECEBIDO EM: 00-00-0000

ACEITO EM: 00-00-0000

ARTIGO DE REVISÃO

A AVALIAÇÃO COMO UM PROCESSO INTERNO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

*THE EVALUATION AS AN INTERNAL PROCESS OF
THE PEDAGOGIC PRACTICE*

Alvori AHLERT

Professor Assistente da UNIOESTE e

Membro do GEPEFE

Doutorando em Teologia – Área:

Religião e Educação, no IEPG – EST,

São Leopoldo/RS



ARTIGO DE REVISÃO

RESUMO: Este texto é uma reflexão sobre o processo avaliativo na educação formal, escolar e universitária. Objetiva-se contribuir para a construção de uma avaliação imbricada com os paradigmas educacionais emergentes, fundamentados na construção do conhecimento, no diálogo crítico e na interação social. Consequentemente, uma avaliação que não seja um processo estanque, mas integrante e integrador do ensino e da aprendizagem através de uma prática pedagógica participativa.

UNITERMOS: Avaliação, prática pedagógica, participação.

ABSTRACT: This text is a consideration of the evaluative process in the formal, school and academic education. It aims to contribute for the construction of an imbricate evaluation with the emergent educational paradigms, which are based on knowledge's construction, in the critical dialogue and in the social interaction. Therefore, an evaluation that is not a watertight process, but an integral and integrate process of teaching and learning through a participative pedagogic practice.

KEY WORDS: Evaluation, pedagogic practice, participation.

No contexto da formação do professor, fundado em paradigmas que se constituem a partir do construtivismo, das pedagogias crítico-dialógicas e sócio-interacionistas, a avaliação educacional não é algo que está dissociada do grande conjunto processual que configura a educação formal escolar e universitária. Ela é intrínseca à prática educativa, ao ensino e à aprendizagem. Por isso, refletir sobre a avaliação implica refletir sobre a própria ação educativa.

Diante das grandes mudanças decorrentes do surgimento de novas tecnologias, das revoluções no campo da informação e da globalização, as sociedades humanas também atravessam profundas mudanças que colocam à educação o desafio de constituir seres humanos em cidadãos, participativos, democráticos e capazes de decidir num conjunto coletivo a reconstrução de uma sociedade mais humana, justa e democrática. Essa busca de construção da cidadania requer uma educação que seja o espaço de formulação e articulação de vivências éticas, culturais, científicas, tecnológicas, econômicas e sociais.

É consenso entre os pensadores em educação que a criança e o jovem só interiorizam e aprendem aquilo ao qual eles se ligam por algum interesse ou desafio, ou ainda, se perceberem a importância e a aplicabilidade dos conteúdos. Isso significa que a educação deve ser radicalmente contextualizada capaz de desenvolver competências para que o aluno vivencie e exercite no ato educativo a cidadania. Competências que evidenciem criticidade, análise, decisão, planejamento, e capacidade de argumentar e de ouvir os outros são necessários para poder participar do jogo democrático.

Na década de 80 os processos educativos ainda estavam calcados sobre o ensino tradicional, ou seja, num agrupamento de assuntos para serem memorizados ou um conjunto de exercício e para serem praticados à exaustão. Mas a última década permitiu-nos compreender a educação como um processo construtivo, interativo e dialógico que possibilita a formação de competências através da ação e integração de múltiplas linguagens, subjetividades e sentidos.

Entretanto, os paradigmas educacionais esbarram num modelo que continua muito preso a visão tradicional da educação. Trata-se da questão da avaliação. Muitas vezes a avaliação feita pelos professores está fundamentada na fragmentação do processo de ensino e aprendizagem e na classificação das respostas de seus alunos estruturada sobre os erros e acertos. Trata-se de uma avaliação que não considera toda a subjetivida-

de que envolve a construção de conhecimentos bem como os processos avaliativos decorrentes dessa concepção e métodos. Selecionando, classificando e hierarquizando saberes e pessoas, tem-se produzido práticas que bloqueiam a expressão dos saberes múltiplos e têm levado ao silêncio os educandos diante dos saberes dos educadores. Torna-se, assim, a avaliação um processo pedagógico excludente que dificulta os paradigmas educacionais emergentes.

Por isso, a avaliação precisa acompanhar as transformações que estão se processando nos paradigmas educacionais emergentes. Precisa ser entendida como um processo educativo e que tem por finalidade a promoção de aprendizagens, de espaços, de processos e de instrumentos que possibilitem aos sujeitos participarem. Assim como a própria educação, a avaliação precisa ser tomada em sua dimensão ética na relação técnica do processo. Isso significa humanizar a avaliação, buscando qualidades positivas em cada uma das produções dos alunos. Com isso a avaliação poderá tornar-se um processo participativo, fundada em objetivos de construção de um aluno que seja sujeito capaz e autônomo. Ela precisa exercitar práticas que valorizem os alunos como sujeitos capazes e que revisem e re-valorizem o papel do professor.

Nesta nova perspectiva, a avaliação constitui-se num programa a ser elaborado por todos os concernidos, capaz de abranger os vários elementos como, a finalidade da avaliação, o objeto ou foco, a metodologia e os procedimentos a serem adotados. Deve também levar em consideração as possibilidades e os limites da avaliação e do próprio programa. Isto significa superar a cultura da prova e da postura de atribuir somente ao aluno a responsabilidade dos resultados da avaliação, fazendo da mesma um processo de tortura disciplinadora. Só assim a avaliação se tornará um componente constitutivo do ensino e da aprendizagem, possibilitará uma avaliação gradual do desempenho dos educandos, dos educadores e de todas as situações de ensino que se realizam no contexto educacional.

Isto, porém, demanda uma reeducação dos professores e uma mudança profunda na estrutura formal das instituições educacionais para a construção de um trabalho em equipe. Isto, por sua vez, implica em tempo e num planejamento político e pedagógico. Alunos, professores e sociedade precisam compreender que a avaliação não é um processo isolado e terminal. Ela é parte integrante, inerente ao processo humano do aprender, do ver e do agir pedagógico.

Para o sociólogo suíço, especialista em práticas pedagógicas, Philippe Perrenoud, *“É impossível avaliar competências de maneira padronizada. Desse modo, deve-se desistir da prova escolar clássica como paradigma avaliatório e renunciar à organização de um ‘exame de competências’, colocando-se todos os ‘concorrentes’ na mesma linha de largada.”* (PERRENOUD, 1999, p. 78) A avaliação por competências inscreve a *“avaliação em situações cooperativas e sugere outro clima de trabalho.”* (PERRENOUD, 1999, p. 78) Um caminho para uma avaliação competente obriga o professor a não mais usar a avaliação como forma de pressionar o aluno ou negociar com ele. Significa o domínio de observações e conexões com a capacidade de aprendizagem própria do aluno, dialeticamente imbricado com os desempenhos coletivos de construção de conhecimentos. Neste contexto, a avaliação não é mais uma “arma” na mão do professor para demarcar os papéis sociais, mas uma construção coletiva. *“Saber e querer envolver os alunos na avaliação de suas competências, explicitando e debatendo os objetivos e os critérios, favorecendo a avaliação mútua, os balanços de conhecimentos e a auto-avaliação.”* (PERRENOUD, 1999, p. 66) O professor deve, portanto, levar em conta algumas características como, conhecimento das tarefas e o grau de suas exigências, a contextualização das tarefas, o não constrangimento do tempo fixado, proporcionar a colaboração entre os pares, as estratégias cognitivas utilizadas pelos alunos, o aprimoramento das competências e a análise dos resultados a partir dos acertos e não dos erros na construção das competências.

Quanto à avaliação no ensino superior, Jussara Hoffmann, renomada pesquisadora na área da avaliação em educação, vem estudando a questão desde 1994 num programa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Aperfeiçoamento da Ação Pedagógica - PAAP, obrigatório para mestres e doutores docentes recém ingressos e em estágio probatório naquela instituição. Segundo a autora, grande parte destes docentes não possuem formação pedagógica, desconhecendo as teorias do conhecimento e da aprendizagem.

Muitos deles, competentes ‘transmissores de conteúdos’, desconhecem teorias de conhecimento e outras teorias que embasem a ação educativa e a educação de jovens e adultos. Em relação à avaliação educacional, cumprem os procedimentos obrigatórios da universidade, dicotomizando-a (avaliação como momento isolado e terminal) do ato de ensinar, seguindo modelos vividos ao longo de sua escolaridade, bem como crescendo ao processo ‘toques’ pessoais, fruto de posturas pessoais rígidas ou permissivas. (HOFFMANN, 1996, p. 118)

Trata-se de uma realidade que tem produzido altos índices de reprovação ou, no outro extremo, um “*laissez-faire*” avaliativo.

Contra esta realidade, foram organizadas equipes de estudo e o início de novas experiências em dois princípios fundamentais: a ressignificação da

... “prática avaliativa na universidade, a partir da busca de alternativas próprias e peculiares à natureza de cada disciplina, em respeito a posturas dialógicas e construtivistas em educação”, e pesquisa dos “reflexos de um processo de avaliação mediadora no 3º grau na formação de um profissional competente, a partir de um estudante comprometido efetivamente com sua aprendizagem ao longo do curso, co-responsável pelo aprofundamento em cada área do conhecimento”.(HOFFMANN, 1996, p. 120)

Esta ressignificação levou para uma nova prática avaliadora capaz de superar o modelo tradicional classificatório oriundo da pedagogia constituída na transmissão, verificação e registros de conteúdos. A avaliação mediadora, fundamentada na teoria de Paulo Freire, permitiu *experienciar* uma maior implicação do aluno no ato de aprender, de buscar o conhecimento, despertando sua curiosidade de investigação e participando, assim, da percepção e avaliação do seu próprio crescimento no desenvolvimento de suas competências e habilidades. Para Hoffmann, “...a avaliação mediadora significa ação provocativa do professor, desafiando o educando a refletir sobre as noções estudadas e situações vividas, a formular e reformular seus próprios conceitos, encaminhando-se gradativamente ao saber científico e as novas descobertas.” (HOFFMANN, 1996, p. 121)

Todos somos sabedores que toda mudança tem suas dificuldades. Exige debate, diálogo, pesquisa, reconhecimento do Outro, do saber do Outro, etc. Entretanto, Paulo Freire nos lembra que, “...mudar é difícil mas é possível.” (FREIRE, 2000, p. 94) Acreditamos ser possível avançar, de forma coletiva, na busca de uma avaliação mediadora e construtiva que permita o desenvolvimento de um processo educativo verdadeiramente emancipatório, que tenha como foco principal as necessidades reais da sociedade e não a lógica reducionista da subordinação ao já estabelecido, ao já posto como única via possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo : Editora UNESP, 2000.

HOFFMANN, J. Experiências em avaliação mediadora na universidade a partir do PAAP. In: MORAES, V. R. P. (org.). **Melhoria do ensino e capacitação docente: programa de atividades de aperfeiçoamento pedagógico**. Porto Alegre: E. Universidade/UFRGS, 1996

PERRENAUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1999.